



Cavalcante & Santos
Consultoria e Assessoria Jurídica

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE UMARIZAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EM ORIGINAL NESTA DATA
Umarizal / RN, 10/04/2018.

INSERIR NA PAUTA
MUTIRÃO DPVAT

ANTONIO MARCOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, pedreiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.522.264-71, portador da cédula de identidade sob o nº 002.139.580 SSP/RN, residente e domiciliado na rua Vereador José Martins, nº 265, bairro centro, CEP: 59.865-000, município de Umarizal/RN, vem por seus advogados, conforme instrumento procuratório anexo e com endereço profissional na Rua Manoel Sebastião, nº 300, bairro Centro, CEP: 59.865-000, município de Umarizal/RN, à presença de Vossa Excelência propor

**ACÃO DE COBRANCA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) NOS TERMOS DA LEI
Nº 6.194, ALTERADA PELAS LEIS Nº 11.482/07 E Nº 11.945/2009**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na rua Jaguarari, nº 1865, Lagoa Nova, Natal-RN, CEP 59.054-500, CNPJ 61.074.175/0043-97, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

1



I – DA JUSTIÇA GRATUITA

1. A parte autora não tem condições de arcar com as despesas processuais, tampouco com os honorários advocatícios, sem comprometer seu próprio sustento. Em face de tanto, requer, de acordo com o art. 5º, LXXIV, da CF/88, e da Lei 1.060/50, a concessão do benefício da justiça gratuita. (Vide declaração de pobreza em anexo).

II – DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2. O autor foi vítima de um acidente de trânsito no dia 30 de julho de 2017, por volta de 09:00h, conforme mostra o Boletim de Ocorrência cujo nº de protocolo é o J2017127000200, ora acostado.

3. De acordo com o B.O., o Requerente conduzia uma motocicleta pela rua Porcino Costa, quando nas proximidades da Igreja Santa Luzia, o mesmo veio a se desequilibrar e cair no solo, sofrendo lesões.

4. Conforme consta no prontuário de atendimento de urgência, em Umarizal/RN, o autor sofreu lesões em seus membros superior esquerdo e inferior direito, e também fratura em sua clavícula esquerda.

5. Dessa forma é direito do Requerente perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao seu grave estado de saúde, ou melhor, devido aos danos causados pelo acidente, visto que o mesmo sofreu danos irreversíveis em seu membro superior esquerdo decorrente do sinistro. É o que se vê nos documentos acostados.

6. Assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, cópias do boletim de ocorrência de acidente de trânsito, boletim de atendimento de urgência, e documentos pessoais, vem requerer de direito o seguro DPVAT, em razão do



Cavalcante & Santos

Consultoria e Assessoria Jurídica

sinistro, que mesmo tendo se submetido a vários tratamentos e medicações não sanaram o problema decorrente do trauma em seu braço, necessitando inclusive de tratamento especializado (procedimento cirúrgico), posto que, ficou com sequelas permanentes, conforme faz prova documentação anexa.

7. Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da diferença do *quantum* indenizatório coberto pelo seguro obrigatório de DPVAT, haja vista que houve o pagamento somente de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) quando do ingresso na seara administrativa (sinistro nº 3170616210), mesmo tendo sido comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a invalidez.

8. Desta feita, faz jus o autor ao percebimento do da diferença decorrente de suas lesões, devendo estes serem devidamente corrigidos monetariamente e acrescidos de juros desde a data do sinistro, conforme previsão da Súmula 54 do STJ.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

9. Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT). Em conformidade com a lei 11.945/2009, passou a vigorar a nova tabela que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada.

10. Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, e em conformidade com que dispõe o art. 436, do CPC, não estando o juiz adstrito tão somente ao laudo pericial, devendo analisar os fatos em sua essência. Ademais, importa destacar que a lesão sofrida a



Cavalcante & Santos Consultoria e Assessoria Jurídica

impossibilitou de exercer com a mesma presteza suas funções de seu labor, uma vez que necessita da plena funcionalidade do citado membro para a completa realização de suas atividades, motivo pelo qual o autor lançou mão da presente ação de cobrança.

III – DA INSERÇÃO NO PRÓXIMO MUTIRÃO DPVAT

11. Por se tratar de questão envolvendo acidente de trânsito, em razão da economia processual, e até mesmo porque, comumente não ocorre acordo durante a audiência de conciliação, seria de bom alvitre a inserção deste feito no próximo mutirão DPVAT.

12. Caso este não seja possível, que seja nomeado por este Douto Juízo um médico a fim de aferir o grau da lesão sofrida pelo autor, por ser a mais lúdima justiça!

IV – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto acima, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e S.S. do CPC;

b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;

c) Observem-se ainda os quesitos abaixo respondidos pelo médico perito:

- a) Da ofensa, objeto de Exame de Corpo de Delito anterior, resultou ao periciado incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias?
- b) Dessa ofensa resultou perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou



Cavalcante & Santos

Consultoria e Assessoria Jurídica

inutilização de membro, sentido ou função; ou deformidade permanente?

c) Houve debilidade ou invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico?

d) Na classificação do senhor perito, qual a porcentagem para lesão sofrida pela parte autora: 25%, 50%, 70% ou 100%?

d) Requer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, relativa à diferença recebida administrativamente, face a invalidez sofrida pelo autor, decorrente de acidente de trânsito, acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça;

e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbenciais, arbitrados em 20% sob o valor da condenação;

f) Requer seja o processo inserido em pauta do próximo mutirão DPVAT desta comarca.

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dar-se-á presente causa o valor R\$ 12.656,25 (Doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Umarizal/RN, 05 de fevereiro de 2018.

JOÃO THIAGO DA SILVA CAVALCANTE
OAB/RN 11.637

KALLIANNE PEREIRA DOS SANTOS
OAB/RN 8.849